



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

João Pedro Rodrigues de Oliveira

*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira / UNILAB*

jotapedro085@gmail.com

CABE UM QUILOMBO NA HISTORIOGRAFIA?

RESUMO

Este trabalho resulta de uma dissertação defendida em 2025 no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da UNILAB. A investigação, de caráter interdisciplinar, tem como objetivo central analisar criticamente os currículos de História da UFC, UECE e UNILAB, com o intuito de identificar e problematizar a hegemonia branca na produção do conhecimento histórico nestas instituições. A partir desse diagnóstico crítico, propõe-se como objetivo específico a inclusão da obra "Historiografia do Quilombo" (1977), de Beatriz Nascimento, como leitura fundamental nas disciplinas de Historiografia das universidades investigadas.

Palavras Chave: Currículos de História - Beatriz Nascimento - Quilombo.

ABSTRACT

Este trabajo es el resultado de una tesis defendida en 2025 para la Maestría Interdisciplinaria en Humanidades (UNILAB). Este trabajo es el resultado de una tesis defendida en 2025 para el programa de Maestría Interdisciplinaria en Humanidades de UNILAB. La investigación interdisciplinaria busca analizar críticamente los planes de estudio de Historia de la UFC, la UECE y UNILAB, con el fin de identificar y problematizar la hegemonía blanca en la producción de conocimiento histórico en estas instituciones. A partir de este análisis crítico, el objetivo específico es incluir la obra de Beatriz Nascimento, "Historiografia do Quilombo" (1977), como lectura fundamental en los cursos de Historiografía de las universidades estudiadas.

Palabras clave: Currículos de História; Beatriz Nascimento; Quilombo.

Introdução

Estes escritos representam um recorte analítico do quarto capítulo da minha dissertação, defendida no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no qual investigo os currículos dos cursos de História da UFC, UNILAB e UECE sob uma perspectiva analítico-propositiva. O subtópico em questão, intitulado "*O arcabouço historiográfico do negro brasileiro*", não se limita a um mapeamento das lacunas nos programas disciplinares, mas propõe uma intervenção epistemológica, sugerindo a incorporação de referenciais teóricos que deslocam o eixo eurocêntrico ainda dominante na formação histórica. Especificamente, este texto corresponde ao subtópico 4.1.5, onde articulo uma revisão bibliográfica propositiva, indicando obras fundamentais para a reconstrução de uma historiografia contra-colonial (Santos, 2023, p. 10).

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia híbrida, situada na intersecção entre o ConheciPreto¹ (enquanto ferramenta de descolonização curricular) e a Revanche Vampírica² (como estratégia de insurgência epistemológica). Essa abordagem permitiu não apenas diagnosticar a branquitude hegemônica nos currículos, mas também formular alternativas animadoras, apresentando autoras/es negras/os cujas obras historiográficas desmontam narrativas tradicionais e ressignificam o lugar da população negra na historiografia brasileira. A estrutura metodológica organizou-se em dois eixos: (1) Obras Propostas (núcleo teórico central, com Beatriz Nascimento, Ynaê Lopes dos Santos, e outras/os pensadoras/es negras/os) e (2) Obras

¹Denomino de ConheciPreto, o movimento de análise da situação estrutural dos currículos acadêmicos e produção de questionamentos pontuais sobre o que essa estrutura se propõe a ser e o que ela está apresentando.

²A Revanche Vampírica se desenvolve a partir de um levantamento bibliográfico de obras produzidas por historiadoras/es negras/os que dialoguem com as temáticas propostas nas ementas de cada disciplina analisada em cada uma das universidades.

Complementares (incorporações sugeridas pelas orientadoras³, ampliando diálogos com feminismos negros, estudos pós-coloniais e a teoria da História). Essa arquitetura não apenas reforçou a construção coletiva do conhecimento, mas também evidenciou a potência da Revanche Vampírica como método: enquanto as obras centrais estabelecem um novo cânone, as complementares criam redes de sentido que atravessam temporalidades, conectando, saberes e ampliando as possibilidades científicas da investigação.

Os resultados gerais revelam um cenário acadêmico ainda refém de hierarquias raciais do saber. Ao analisar 12 disciplinas de História do Brasil nas três universidades cearenses, foi identificado 137 obras referenciais, das quais 130 (94,89%) são de autoria branca, 5 (3,65%) de intelectuais negros, e 2 (1,46%) sem autoria racialmente determinável (OLIVEIRA, 2025, p. 76). Essa desproporção — 26 autores brancos para cada autor/a negro — não é um acaso, mas a expressão de um projeto epistêmico colonial que silencia vozes negras e naturaliza o intelecto branco como parâmetro de validade historiográfica. A ausência de autoras/es como Abdias do Nascimento, Ynaê Lopes, Beatriz Nascimento e Hilário Ferreira nessas grades curriculares não é uma mera omissão, mas um ato de epistemicídio, que apaga contribuições fundamentais para se entender a formação do território brasileiro e de seus povos. É nesse apagamento que as universidades cearenses se encontram em uma verdadeira encruzilhada epistêmica.

ENCRUZILHADA EPISTÊMICA

Seguindo a trilha deste cenário de encruzilhada, a análise dos currículos de História da UFC, UECE e UNILAB revela um panorama profundamente marcado por hierarquias raciais de saberes, cujas raízes remontam à formação

³Orientadora: Professora Dra. Jacqueline da Silva Costa(UNILAB) / Co-orientadora: Professora Dra. Marcelle Danielle de Carvalho Braga (UVA).

intelectual do estado. O Ceará, frequentemente celebrado em narrativas oficiais como "terra da luz" e pioneiro na abolição (1884), construiu uma autoimagem que oculta seu profundo enraizamento no sistema escravista e suas continuidades no campo do conhecimento.

Essa contradição histórica foi maturada e difundida, em sua maioria, pelo Instituto Histórico do Ceará (IHC), instituição fundada em 1887 que se tornou o principal vetor de construção de uma memória regional elitista e branqueada. Como demonstra Nascimento (2018, p. 18), o IHC não apenas institucionalizou narrativas eurocêntricas, mas estabeleceu um regime de verdade histórica que elevou o intelecto branco como um selo de validade intelectual (Nascimento, 2018, p. 18). Suas publicações, majoritariamente produzidas por membros da oligarquia letrada, converteram a história cearense numa crônica de "feitos heroicos" de escravizadores e intelectuais vinculados ao poder, enquanto silenciavam sistematicamente as resistências negras - como os quilombos do Vale do Jaguaribe ou as irmandades negras de Fortaleza.

A partir do quantitativo já apresentado, podemos notar que esse modelo foi assimilado acriticamente pelas universidades locais, que o reproduzem através de culturas de exclusão curricular. A pesquisa original identificou que em 12 disciplinas de História do Brasil analisadas, das 137 obras referenciais, 130 (94,89%) são de autoria branca, contra apenas 5 (3,65%) de intelectuais negros (OLIVEIRA, 2025, p. 76). Essa desproporção - 26 autores brancos para cada autor negro - não é um acaso estatístico, mas a materialização de um projeto epistêmico que tem no território cearense um de seus laboratórios mais eficientes.

A espacialização desse racismo acadêmico revela camadas profundas de exclusão. A concentração dos departamentos de História em Fortaleza (UFC e UECE) produz uma visão metropolitana e litorânea que negligencia o Sertão e o Cariri, regiões com forte presença negra e indígena. A UNILAB, situada no Maciço de Baturité - área de histórica presença quilombola - poderia ser um contraponto, mas ainda sofre com a herança do modelo hegemônico. O mito da "abolição pioneira" (1884) serve como caso exemplar: repetido acriticamente nos

currículos, encobre tanto a persistência do trabalho análogo à escravidão no pós-1888 quanto a resistência negra que sempre existiu no estado.

Pode-se notar também que a historiografia vinculada ao IHC espacializa o intelecto branco, associando o litoral (Fortaleza, Aracati) ao "progresso" e induzido o interior ao esquecimento, seguindo uma lógica que radicalizou o território. Institutos de pesquisa como o IHC(Nascimento, 2018, p. 25) e manuais didáticos adotados no estado perpetuaram essa geografia simbólica, apagando a existência de quilombos como o do Cumbe ou de Redenção. Fontes alternativas - processos criminais, relatos orais, registros eclesiásticos, e principalmente obras de intelectuais negras/os - poderiam resgatar essas histórias, mas são sistematicamente negligenciadas pelos currículos acadêmicos e sua cultura de exclusão.

As consequências dessa estrutura são concretas e danosas: a formação de gerações de historiadores que naturalizam a autoridade intelectual branca e marginalizam contribuições negras, reforçando a falácia da *neutralidade do conhecimento*. Essa dinâmica transformou as universidades cearenses em túmulos ocultos de memórias negras, quando deveriam ser trincheiras de libertação.

Reverter esse quadro exige mais que inclusão pontual de autoras/es negras/os; demanda reconhecer o território cearense como campo de batalha epistêmico. A Revanche Vampírica, como método, propõe insurgir contra essa ordem, trazendo à tona as histórias soterradas.

A reforma visceral dos currículos em meio às universidades cearenses investigadas não é apenas uma revisão bibliográfica, mas um ato de justiça epistêmica. Requer confrontar como o IHC moldou por mais de um século as estruturas de poder do conhecimento e como as universidades, mesmo quando bem-intencionadas, reproduzem esse legado. Só assim será possível transformar as instituições de ensino superior em espaços que, de fato, honrem todas as matrizes fundantes da sociedade cearense.

É com base nesse contexto que este trabalho se propõe a analisar as potencialidades de resignificação curricular da disciplina de Historiografia nas universidades de UECE e UNILAB, a partir das contribuições epistemológicas da historiadora nordestina Beatriz Nascimento (1942–1995). Partindo das suas ideias apresentadas na conferência *Historiografia do Quilombo* na Quinzena do

Negro na USP, organizada pelo professor Eduardo de Oliveira e Oliveira, em 1977, na Universidade de São Paulo. A transcrição da fala de Beatriz sobre a amplitude do quilombo e suas potencialidades para a historiografia busca examinar como o entendimento da potencialidade do Quilombo pode subsidiar uma crítica decolonial aos cânones da disciplina de Historiografia nas universidades investigadas. É precisamente essa insurgência do pensamento de Beatriz que nos força a confrontar o cânone com algumas questões pontuais: Quais as medidas territoriais do saber historiográfico? Teria espaço para rupturas e mudanças?

CABE UM QUILOMBO NA HISTORIOGRAFIA?

Foi justamente para operacionalizar o enfrentamento dessas questões que, no decorrer da investigação, se elaborou uma estrutura metodológica para inserção da obra de Beatriz Nascimento nos currículos das universidades cearenses analisadas.

Essa sistemática foi construída a partir de um diálogo crítico com as ementas e objetivos das disciplinas de Historiografia em cada instituição, garantindo que a proposta de inclusão de intelectuais negras/os não fosse um gesto isolado, mas sim fundamentado nas teorias da História e alinhado aos documentos oficiais dos cursos. Dessa forma, a abordagem adotada buscou articular a potência teórica dos escritos contidos em "Historiografia do Quilombo"(Nascimento, 2018) com as demandas formativas já presentes nas grades curriculares, estabelecendo um compromisso tanto com o rigor acadêmico quanto com o movimento de quebra da *supremacia branca* em meio ao quadro bibliográfico da disciplina de Historiografia.

No caso da UECE, por exemplo, essa proposta de inclusão surge por conta da Universidade apresentar uma disciplina específica para se estudar a *Historiografia Brasileira*(Uece, 2022, s/p), essa abertura me possibilita trazer obras nacionais e propor sua inclusão junto ao curso de História da instituição sem problemas, o simples fato da disciplina existir já se configura enquanto uma possibilidade de inclusão da obra de Beatriz Nascimento. Já no caso da UNILAB, a proposta de inclusão vem carregada de sentimentos, sensações e emoções, mas sem se desprender do rigor científico e metodológico da investigação. Há

seis anos experiencio de perto todas vivências que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira oferece. Minha formação acadêmica está diretamente ligada não só às estruturas e burocracias da instituição, mas também a seu projeto, mesmo que turvo e, por muitas vezes, esquecido. Suas ações ainda se configuram enquanto um movimento direto em busca da quebra da hegemonia ocidental, da experiência protagonizada unicamente pela agência branca e pela colonialidade.

O registro da fala de Beatriz Nascimento durante a Quinzena do Negro na USP em 1977 (Nascimento, 2018, p. 121) configura-se como um material de excepcional valor para o ensino superior, tanto por seu conteúdo teórico inovador quanto por sua forma esteticamente engajada. A historiadora transcende a visão reducionista do quilombo como mero espaço de resistência física, propondo-o como uma matriz civilizatória africana, uma estrutura social alternativa e um projeto político emancipatório (Nascimento, 2018). Essa abordagem multidimensional, como analisa Ratts (2006), representa uma ruptura epistemológica com a historiografia tradicional, que durante séculos marginalizou as contribuições intelectuais afro diaspóricas. O formato do texto - preservando a oralidade e o ritmo poético característicos da autora - amplia seu potencial pedagógico, o que aproxima o corpo discente da intelectualidade da historiadora nordestina, apresentando simplicidade emoldurada por rigor científico.

Em seus escritos, Beatriz Nascimento propõe uma reinterpretação do quilombo pela historiografia brasileira, destacando-o como uma estrutura social autônoma e inclusiva—que acolhia não apenas negros, mas também indígenas (Nascimento, 2018, p. 128). Ao realçar essa alternativa civilizatória à sociedade colonial e pós-colonial, a autora denuncia a dificuldade de a historiografia conceber que organizações tão complexas e plurais não sejam investigadas de forma séria e comprometida com suas potências (Nascimento, 2018, p. 127). É essa mesma lacuna que explica a escassez de pesquisas oficiais sobre o desenvolvimento desses espaços e seus desdobramentos no pós-abolição.

(...) o Quilombo, como a historiografia trata, foi um movimento político que não logrou êxito político totalmente, ele não pode ser entendido só dessa maneira porque o logro da tomada de poder do quilombo, no

meu entender, não se preocupava especificamente com a tomada de poder, mas sim com a organização em si e a manutenção da sua estrutura original. Outra coisa que a historiografia trata muito mal do quilombo é quando associa essa organização social à... agora me perdi um pouco, deixa eu tomar um pouco de água - ele associa essa organização social pura e simplesmente a guerra, à insurreição e eu acho que já falei isso, isso deixa para nossa concepção, para nossa consciência atual, uma posição de nós negros como se fossemos os eternos vencidos dentro da sociedade brasileira(Nascimento, 2018, p. 130).

Essa perspectiva de Nascimento é fundamental para desconstruir a narrativa histórica oficial, que marginaliza e invisibiliza as contribuições das populações negras e quilombolas na formação do Brasil. O texto critica o tratamento dado pelos documentos ultramarinos, que desqualificam a magnitude e a importância dos quilombos ao reduzir sua *complexidade* a números imprecisos e descontextualizados, como a menção a 5 ou 20 mil homens, sem considerar o significado social e político desses agrupamentos (Nascimento, 2018, p. 126). Como uma organização tão potente no sentido social, econômico e político quanto os quilombos, podem ser reduzidos a 5 pessoas? Significa então dizer que 5 pessoas e 20 mil pessoas apresentam o mesmo resultado organizacional? Entender o quilombo a partir de um hiato é um erro enorme da historiografia brasileira. Além disso, Beatriz Nascimento questiona o corte feito pela história oficial (Nascimento, 2018, p. 129), que silencia quatro séculos de resistência e organização quilombola, relegando-os ao status de eternos vencidos.

Então, a minha questão foi a seguinte: o quilombo vem, nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, e de repente o corte histórico deixa o quilombo como não existindo e entendendo o quilombo quanto um núcleo de negros... A gente se pergunta como é que uma história tão forte dentro de quatro séculos, ela pode ter de repente, desaparecido do mapa(Nascimento, 2018, p. 129).

Essa perspectiva na qual a historiadora apresenta é essencial para repensar a historiografia brasileira ensinada nas universidades públicas cearenses, que frequentemente reforça um arcabouço ideológico e intelectual eurocêntrico, a *Cultura Educacional Brasileira*⁴ continua por negligenciar as experiências e as lutas das populações negras e também quilombolas.

⁴A partir do debate apresentado, proponho que a Cultura Educacional Brasileira neste trabalho é o que os *mestres, intelectuais pioneiros, os Cientistas*, fizeram dela, é a soma de todas as demandas sociais e de disputas de poder da época na qual as universidades começaram a se desenvolver e se instalar em solo brasileiro. São essas estruturas de experiências culturais que ainda redigem os modelos acadêmicos do nosso país, são elas as teias invisíveis que conectam os currículos acadêmicos e o movimento de

Como a historiografia nos apresenta, o quilombo não é:

(...) simplesmente um reduto de negros fugidos, simplesmente a fuga pelo fato dos castigos corporais, pelo fato dos negros existirem dentro de uma sociedade opressora, mas também uma tentativa de independência, quer dizer, a independência de homens que procuraram por si só estabelecer uma vida para si, uma organização social para si (Nascimento, 2018, p. 129).

O texto ressalta que o quilombo não se resume à guerra ou à fuga, mas representa uma busca por autonomia e uma possibilidade civilizatória desenvolvida pelas populações negras desde a colônia até a república. Essa visão ampliada do quilombo como uma sociedade paralela, mas atuante dentro da sociedade global, é um convite à reflexão sobre as possibilidades de construção de novas formas de organização social e política —*possibilidades civilizatórias*⁵— e como as instituições de ensino podem auxiliar nessa efetivação. A historiadora se debruça a apresentar as muitas possibilidades para a população negra partir do entendimento de fato sobre o que seria o quilombo, “uma organização social de negros, que só os negros que empreenderam essa organização social e que foi paralela durante todo o período da escravização” (Nascimento, 2018, p. 129). Talvez não seja interessante para os moldes da Cultura Educacional Brasileira se aprofundar em sistemas alternativos que desafiaram a imponente branca desde o período da colonização, porém os sistemas alternativos, as possibilidades civilizatórias ainda se movimentam, e este trabalho se coloca quanto mais uma encruzilhada que se nega não ver a dimensão científica e simbólica dos quilombos para a Historiografia Brasileira.

A inclusão do texto *Historiografia do Quilombo* e sua temática nos currículos dos cursos de História das universidades investigadas é fundamental não apenas para desconstruir narrativas tradicionais eurocêntricas, mas também para reposicionar a agência negra como eixo central na compreensão da formação sociocultural brasileira. Durante séculos, a historiografia hegemônica relegou os negros escravizados a um lugar de passividade ou coadjuvância,

afastamento de intelectuais negros/as das referências bibliográficas de cada disciplina investigadas e ofertadas pelas universidades destacadas (Oliveira, 2025, p. 23).

⁵ Desenvolvo a ideia de *Possibilidade Civilizatória* quanto a *possibilidade de vida em sociedade*. Neste momento da investigação estava sendo debatido a criação de um sistema civilizatório que irá se perpetuar ao longo da história nacional, fazendo o povo brasileiro acreditar que apenas esses moldes se configuram como civilização. O conceito será utilizado para demonstrar que ao longo da história existiram *outras possibilidades* de viver em sociedade mesmo enquanto esse sistema colonial se desenvolvia e se estabelecia quanto à possibilidade única (Oliveira, 2025, p. 28).

negando-lhes o protagonismo na construção de resistências e alternativas políticas. O estudo do quilombo como fenômeno histórico, no entanto, revela uma dinâmica muito mais complexa: longe de serem meras vítimas, os africanos escravizados e seus descendentes desenvolveram estratégias de organização social que desafiavam a ordem escravocrata, criando espaços de autonomia onde práticas culturais, políticas e econômicas de matriz africana puderam florescer.

Além disso, a análise do quilombo como uma estrutura política e cultural (NASCIMENTO, 2018, p. 131) permite repensar noções tradicionais de poder e comunidade. Se, por um lado, o quilombo foi um refúgio para fugitivos, por outro, ele também se constituiu como um projeto coletivo de ressignificação identitária, onde laços de solidariedade e cooperação sustentavam uma forma alternativa de sociabilidade. Essa perspectiva desafia a ideia de que a resistência negra se limitou à fuga ou à rebelião, mostrando que houve também uma construção cotidiana de modos de vida que contestavam a lógica escravista.

Incorporar essa discussão nos currículos universitários significa, portanto, não apenas corrigir uma lacuna historiográfica, mas também questionar as próprias estruturas do conhecimento acadêmico, que muitas vezes reproduzem hierarquias raciais mesmo em seus discursos críticos. Ao ampliar o debate para além da mera inclusão de "temáticas negras", é possível fomentar uma epistemologia decolonial, que reconheça o quilombo não como um apêndice da história do Brasil, mas como um dos pilares de sua formação – um legado que continua a ecoar nas lutas contemporâneas por terra, memória e justiça social.

Se seguirmos o fluxo epistêmico de Beatriz e começarmos a ver dentro das salas de aula o quilombo como um conceito que ultrapassa o período colonial e se transforma em um *instrumento ideológico* (Nascimento, 2018, p. 131) de luta e auto afirmação no presente para pessoas negras, poderíamos construir junto com a Historiografia o movimento de repensar noções como liberdade, resistência e identidade. O texto enfatiza que a fuga não foi motivada apenas pelo medo dos castigos, mas por um projeto coletivo de autonomia, expresso em rebeliões, alforrias, suicídios, abortos forçados e na organização política abolicionista (Nascimento, 2018, p. 131). Essa visão desafia a narrativa

eurocêntrica, mostrando que a população negra não apenas reagiu à violência, mas construiu alternativas de existência e luta. Ignorar essa temática significa reproduzir uma História incompleta dentro das universidades cearenses, que naturaliza a exclusão negra. Como Beatriz Nascimento nos ensina, o quilombo nos convoca — nós, pessoas não brancas — a "repensar nosso papel dentro da história do Brasil" (Nascimento, 2018, p. 131), não como meros espectadores, mas como herdeiros de uma tradição de resistência que ainda luta por pleno reconhecimento.

Assim, a inserção desse debate nas disciplinas de Historiografia da UNILAB, UECE e, porque não, da UFC, não se reduz a um gesto acadêmico/científico: é um ato político e civilizatório. Além de sua potência poética, Beatriz recorre às Teorias da História (Barros, 2017) para construir sua interpretação do quilombo, opondo-se à narrativa tradicional da historiografia. Ela não apenas crítica, mas propõe conceitos, princípios e perspectivas novas — ferramentas legais para que historiadoras e historiadores possam repensar as estruturas do conhecimento histórico (Barros, 2017, p. 44).

CONCLUSÃO

Para nos encaminhar ao desfecho deste trabalho, é necessário enfatizar a potência de Beatriz Nascimento e sua poética e intelectualidade, que mesmo após o passar de muitos anos, seus escritos ainda nos apresentam possibilidades para a “uma outra Historiografia brasileira”, onde os parâmetros de pesquisa partem de um lugar diferente do berço do eurocentrismo acadêmico e sem deixar de lado o rigor científico e historiográfico de suas produções. Ao ter contato com, não só as obras da intelectual nordestina, mas de outros/as intelectuais negros/as ao longo da História, potencializamos nossos passos em busca destas possibilidades civilizatórias apagadas pela História e Historiografia Oficial, e deixamos de lado a busca pelo conceitos de *integração*, *aceitação* e *igualdade* propostos pelos colonizador (Nascimento, 2018, p. 55. Como nos mostrava a autora ainda no de 1974: “Só o levantamento histórico da vivência do negro no Brasil levada a efeito pelos seus descendentes, isto é, os que atualmente vivenciam na prática a herança existencial, poderá erradicar o

complexo existente nele, e assim como o preconceito racial por parte do branco”(Nascimento, 2018, p. 56).

Seguindo nas reflexões finais deste trabalho, a partir das informações contidas no mesmo, é possível projetar uma caminhada positiva, ou no mínimo animadora, para o movimento de revisão bibliográfica e reformulação curricular dos cursos de História das universidades investigadas. Se faz necessário, que nós, intelectuais e pesquisadores/as do território cearense, negros principalmente, nos organizemos em prol de uma reformulação não só curricular, mas cultural dentro dos cursos de História das instituições de ensino superior. A desproporção quantitativa apresentada no trabalho expõe a permanência de um racismo acadêmico institucionalizado, que opera por meio de mecanismos sutis, porém eficazes. Em conclusão, primeiramente nos foi possível evidenciar uma hierarquização racial do conhecimento, na qual a branquidade⁶ (Cardoso, 2008) é naturalizada como sinônimo de rigor científico e autoridade intelectual. Em segundo lugar, os dados apontam para um processo de epistemicídio⁷ (Carneiro, 2005, p. 96-97) *continuado*, que sistematicamente apaga as contribuições de pensadores/as negros na construção do cânone historiográfico brasileiro. Manifesta-se também uma contradição flagrante entre o discurso institucional – presente nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), que muitas vezes enfatizam a diversidade e a inclusão – e a prática curricular efetiva, que mantém um viés eurocêntrico e branco(Oliveira, 2025).

Essa realidade não pode ser compreendida como mero acaso ou defasagem temporal. Pelo contrário, trata-se da reprodução ativa de uma lógica colonial que privilegia determinadas vozes em detrimento de outras. A quase ausência de autores negros nas bibliografias analisadas não apenas empobrece

⁶ Os estudos sobre a branquitude compõem uma dimensão da análise sobre as relações raciais geralmente invisibilizada na academia brasileira e pouco debatida nos movimentos sociais, por conseguinte, as teorias produzidas sobre o racismo não questionam o impacto do preconceito racial e do racismo para o grupo classificado como branco e, por sua vez, acabam por não indagar também os privilégios e poder que o branco possui em uma sociedade racista em virtude de ser assim classificado(Cardoso, 2008).

⁷ Sobre esse termo a filósofa Sueli Carneiro (2005) o entende como o ato de negar a população negra a possibilidade de serem detentores de saberes, sujeitos de conhecimento. Para a escritora, o epistemicídio vai além da desqualificação e anulação do conhecimento das populações oprimidas apontado por B.S. Santos (Santos, 1995, p. 328, apud. Carneiro, 2005, p. 96). A filósofa vê o epistemicídio como a produção de pobreza cultural, onde o resultado dessa produção fraudulenta e violenta se reflete nas evasões escolares de base, ou melhor dizendo a expulsão da população negra e periférica desses espaços de construção de saberes, na inferiorização intelectual, no rebaixamento da capacidade cognitiva e no comprometimento da auto estima do sujeito negro nas áreas de construção de saberes (Carneiro, 2005, p. 96-97).

o debate historiográfico, mas também reforça a ideia de que a produção intelectual negra seria menos relevante ou acadêmica. A ratio de 26/1⁸ não é um número abstrato, é a expressão quantificável de como as estruturas universitárias cearenses, mesmo em sua auto imagem progressista por se colocar quanto a pioneira no processo abolicionista, continuam a operar dentro de paradigmas racialmente excludentes.

Esses resultados demandam uma reflexão urgente sobre os critérios que orientam a seleção bibliográfica nos cursos de história. Se as universidades pretendem de fato combater o racismo epistêmico, é necessário ir além de discursos superficiais e promover mudanças concretas na organização curricular. Isso inclui não apenas a inclusão pontual de autores negros, mas uma reavaliação crítica dos próprios parâmetros que definem o que é considerado "conhecimento válido" no campo da historiografia brasileira. A transformação desse cenário exige, portanto, não apenas ações afirmativas, mas uma verdadeira descolonização dos currículos e das práticas pedagógicas no ensino superior a partir de reavaliações culturais em meio aos espaços de ensino acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **Teoria e Formação do Historiador**. 5 Edição, Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo da Racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.. São Paulo: Zahar, 2023, p. 403 . Interdições. Nota 18.

CARDOSO, Lourenço. **O branco "invisível"**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957 - 2007). 2008. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado e Doutorado "Pós-Colonialismos e Cidadania Global", Universidade de Coimbra Faculdade de Economia Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2008. Cap. 6.

OLIVEIRA, João Pedro R. **O ensino de história no Ceará e a poética de Beatriz Nascimento: Uma investigação histórico/cultural em meio aos currículos de UFC, UNILAB e UECE**. 2025. 112 f. Dissertação (Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades) Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, CE, 2025. Disponível em: <http://www.repositorio.unilab.edu.br/> / repositorio@unilab.edu.br / dsibiuni@unilab.edu.br. Acesso em: 22 de jul. de 2025.

⁸ Para cada 26 autores brancos/as, 1 negro/a. (Oliveira, 2025).

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades em dias de destruição**. 1 Edição, São Paulo, Editora Filhos da África. 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. **Historiografia do Quilombo**. In: NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades em dias de destruição**. 1 Edição, São Paulo, Editora Filhos da África. 2018.

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. **INVENÇÃO DA LIBERDADE: o instituto histórico do ceará e o discurso racial no I centenário da abolição (1984)**. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá - Ce, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. 4. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE). **Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em História**, Fortaleza, 2022, S/P.

João Pedro Rodrigues de Oliveira

Mestre Interdisciplinar em Humanidades - Linha Educação (UNILAB, 2025) e Bacharel Interdisciplinar em Humanidades (UNILAB, 2022), atua como professor de História e Sociologia na Escola São Matheus (Fortaleza/CE). Pesquisador que desenvolve pesquisas em três eixos: História dos currículos, com foco nas transformações pós-Lei 10.639/03 nas universidades cearenses; Intelectualidade e produção do conhecimento histórico da população negra; e cultura e memória no espaço universitário.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0003545260259302>
